Illmo Exmo Snr

B 31 Março

Esta Camara tendo em vista a Lei do Orçamento do corrente anno reduzio a decima quantia que se acha na mesma Lei para gratificações em geral do Estado: esta Camara todavia não com os precisos [illegible] julga muito acertado que tem as Municipaes do seu districto gratificações annuaes tanto pessoa idonea que queira dedicar-se aos misteres mencionados. por isso que deliberou na presente Sessão os abaixo assignados a fazer uso da Lei, que a V. Exca. apresentação provisoria mente em quanto não ao conhecimento da Illma Assembléa Legislativa Provincial.

Deos Guarde a V. Exca. Paço da Camara Municipal em Sobral aos trinta dias do 12 de Março de 1855.

Illmo Exmo Snr Conselheiro Vicente Pires da Mota Presidente da Provincia do Ceará.

José da Costa Godinho
Vice Presidente

Illm.o Exm.o Snr.

Resp.da a 2 de Abril - e rem.te
[illegible] cópia do
ofício.

A Assembléa P.
6 de Jho de 1855.

Esta Camara, attendendo ao objecto que dá
occazião a [illegible] ofício de 1.o Ex.mo de 23
de Janeiro [illegible] vem declarar em [illegible]
a inclusa proposta, [illegible] 1.o Ex.mo para de
[illegible] provisoriamente, até que
se reuna a Assembléa Legislativa Provin-
cial. Deos Guarde a 1.o Ex.mo Paço da Camara
Municipal da Villa de Arronches em Sessão
ordinaria de 13 de Março de 1855.

Illm.o Ex.mo Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta Presidente
e da Provincia do Ceara.

José do Couto Godinho
Vice Presidente

[illegible] de março de 1855

D. Vicente Pires da Motta, Presid. da Provincia do Ceará. Approvo provisoriam. ad propposta da Camara Municipal da Barra do Acaracú, o art. de Postura seguinte

Art. Unico. Fica d'ora em diante prohibido a conservação de vaccas de leite dentro dos quadros desta Villa, permittindo se o levantamento de cercas da casa de Antonio Florencio para o sul, e do Salgado contiguo ao quintal de Miguel Lourenço para o lado do Norte. Os contraventores pagarão a multa de cinco mil reis por cada cabeça, ao alto dias de cadeia, em reincidencia o dupplo

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução desta pertencer, que a cumprão, e façaõ cumprir, e inteiramente como nella se contem. O Secretario desta Provincia, a faça publicar e correr. Palacio do Governo do Ceará em 31 de Março de 1855, trigesimo quarto da Independencia e do Imperio.

Vicente Pires da Motta

Nesta Secretaria do Governo do Ceará

Illmo e Exmo Snr

17 Julho 53

Esta Camara tendo sido informada
do serviço indispensavel e necessitado da
creação de hum Cemiterio nesta Villa, in-
corporado ao Hospital da Misericordia dos compro-
dos Irmãos Donatos e encarregado do Capellão
do mesmo Hospital, acaba
de nomear huma Commissão composta
do Vigario da Freguezia, Padre
Antonio Xavier de Santa Cecilia, e dos
Snrs Camaristas Antonio de Abreu
de Araujo, e Manoel Lourenço de Castro
para que na maior brevidade possivel
proponha a esta Camara o local em
que deva ser creado o dito Cemiterio
e os meios de se levar a effeito a
dita creação, devendo a mesma Com-
missão ouvir a Meza da Misericordia
sobre o que julgar conveniente para
os seus proveitos. Porem ainda

junta [illegible]
objecto tal [illegible]

Deos Guarde a
Pessoa de V. Ex.ª por muitos Annos. Paço
da Camara Municipal da Villa de
Acaracú em Sessão Ordinaria de
23 de Abril de 1855.

Ill.mo e Ex.mo Conselheiro Vicente Pires da Motta
Presidente da Provincia do Ceará

Antonio Lopes Vieira Vice Presidente
Romão de Amorim Guimarães
Miguel Lourenço dos Santos

Illm.º Exm.º Snr.

Tenho a honra de acusar a recepção da circular de V. Ex.ª sob. N.º 2 em data de 25 de Março findo passado, de que tive ao conhecimento da Carreira na presente Sessão.

Deus Guarde a V. Ex.ª Ceará em 22 de Abril de 1850.

Illm.º Ex.mo Snr.º Conselheiro Vicente Pires da Motta Presidente da Provincia do Ceará

José da Costa Barbosa
Vice Presidente

Illm.o Exm.o Snr.

Tenho a recebido o officio de V. Exc.a de 6 do corrente acompanhando o mesmo o Relatorio de Pintura desta Camara que em data de 31 de Março proximo passado foi por V. Exc.a approvado para ser immediatamente dado por concluido, e mandar-se contractar a factura do Relogio novo.

Deos Guarde a V. Exc.a Ceara 22 de Abril de 1850

Illm.o Exm.o Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta Presidente da Provincia do Ceara.

José da Costa Barretto
Vice Presidente

Illm.º Com.º Sen.º

Logo que se apresentar [illegible] Publica
em esta Camara de criar á Commissão nomeada
da por V. Ex.ª em cumprimento do Regulamento
Provincial para inspeccionar a nossa Instrucção e para participante ao Dr. Director dos
Estudos.

Deos Guarde a V. Ex.ª Paço da Camara
Municipal da Villa do Acaracú em Sessão
Ordinaria de 3 de Abril de 1855.

Illm.º Ex.mo Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta Presidente
te da Provincia do Ceara

Antonio Lopes Bastos Vice Presidente

Illm.º Exm.º Snr.

[illegible] accusar [illegible] em data de 2 do corrente, [illegible] ao mesmo [illegible] Art. da Postura com ordenada approvação por V. Exª, provejo o seguinte.

Dos Juraes de V. Exª Paço da Camara Municipal da Villa do Acaracú em Sessão Ordinaria de 30 de Abril de 1855.

Illm.º Exm.º Snr.º Conselheiro Vicente Pires da Rocha Presidente da Provincia do Ceara.

Antonio Tavares Pinto Vice Presidente
Raimundo Henrique de Araujo

Illm.o e Exm.o Snr.

1 dup Sal
8 dup to 55

Esta Camara tendo vista o Officio de V. Ex.a sob.
N.o 8 em data de 4 do corrente em resposta a outro de-
rigido por esta mesma Camara em 23 de Abril proxi-
mo passado acerca do Cemiterio que se tem de edifi-
car nesta Villa, e a dita Camara resolveo por sua
deliberação que a planta do mesmo Cemiterio dev-
ter de frente duzentos palmos, e de fundo trezentos, con-
tendo aquellas Catacumbas que forem admissiveis.

Esta obra para sua conclusão é preciso pelo me-
nos dois contos equinhentos mil reis, em razão de se-
rem os materiaes custozos por virem de longe dis-
tante. A quantia que de presente existe para prin-
cipio da referida obra é a de duzentos e desenove mil
reis dados. E esta referida Camara em virtude da
Lei do Orçamento.

Deos Guarde a V.Ex.a

Paço da Camara Municipal da Villa do Acaracú
em Sessão extraordinaria de 30 de Julho de 1855.

Illm.o e Exm.o Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta,
Presidente da Provincia do Ceará.

Juiz de Direito da 1ª Vara [illegible]

da Vila de Alcantara na Sessão [illegible]

de 30 de Julho de 1855

Illm. e Exm. Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta Bezerra Presidente da Provincia do Ceará.

José Antonio [illegible]

Alexandre Bernardo Pinto Jor

Antonio José Ferreira Junior

Miguel Lourenço dos Santos

Pedro Francisco de Oliveira

Illm.º Exm.º Snr.º

Esta Camara tendo um visto a Circular de 1.º Exm.ª
do 1 Vol.º 5 expedania por copia junto ammuno
Circular cumbas um data do 1.º do corrente mez,
ede todo contendo fica sciente evai obrar as pro-
videncias a respeito.

Deos Guarde a 1.ª Exm.ª Paço da
Camara Municipal da Villa do Ocarahu em
Sessão ordinaria de 3. de Julho de 1855

Illm.º Exm.º Snr.º Commendador Vicente Pires da Motta Presidente da
Provincia do Ceará.

José Antonio de Araujo Gomes Vice Presidente
Alexandre Bernardo Pinto Jor

Illm.o e Exm.o Snr.

Esta Camara remette a V. Ex.a a inclusa Circular de V. Ex.a de 16 do corrente acompanhando a mesma os inclusos Nos. do Jornal da Sociedade Auxiliadora da Industria Nacional, esta Camara vai dar toda publicidade a este objecto. a que muito nos

Deos Guarde a V. Ex.a Paço da Camara Municipal da Villa de Cayrú em Sessão ordinaria de 30 de Julho de 1856

Illm.o Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta Presidente da Provincia da Bahia.

José Antonio de Araujo Ramos Vice Presidente

Alexandre Bernardino Ribeiro Junior

Antonio José Ferreira Junior

Miguel Lourenço dos Santos

Pedro Francisco de Brito

Illm.º Exm.º Snr.º

A' Assembléa
14 Agosto

A Camara [illegible] sem alcançar [illegible] esta data da escrita
collocação dos annos [illegible] nado pelo
seo Secretario, [illegible] da Fiscal
a quantia de seiscentos mil reis. entendendo esta Camara que
a quantia que acha acçada na Lei vigente do
corrente anno naõ gratifica os serviços dos em-
pregados. Esta Camara espera por em termo
de 8 Cor.es ao Snr.º Presidente Assembléa Legislativa Pro-
vincial para obter acerbida approvaçaõ.

Deos Guarde a V.ª Ex.ª Paço da Camara
Municipal da Villa do Acaracú em Sessaõ ex-
traordinaria de 30 de Julho de 1855.

Illm.º Ex.mos Snr.º Conselheiro Vicente Pires da Silveira Presidente da Provin-
cia do Ceará.

José Antonio dita seja Pereira [illegible]

Antonio Jorge Ferreira Junior

Miguel Lourenço dos Santos

Pedro Francisco de Oliveira

Alexandre Bernardino Pedra Junior

Illm.o Exc.mo Snr.

Esta Camara communica a V. Exc.a que no mez
que decorre desde a data das Eleições dos habitantes desta Villa
todavia em Sessão de 16 do corrente
decretou hum Relogio de Pedestal pelo qual pe-
de a Camara seja dirigida Circular a esta
mesma Villa, ordenando a convocação extraordinaria,
scientificando a V. Exc.a que estas animosidades
mal algum occazionão aos povos, tanto publi-
cos como particulares. Esta data faz com-
vem a apresentação de V. Exc.a para le-
var ao conhecimento da Assembléa Legislativa
Provincial pedindo a sua interferencia

Deos

Jurado a 1ª Sec. da Rª do Commercio do Termo de José
do Pico do Accordão em Sessão de Septe Trinta e quatro
ria de 30 de Julho de 1870.

Illmo Snr Juiz de Direito Presidente Bacharel
Joaquim Pinto da Silva Abbott
Procurador da Rainha

José Antonio de Araujo Barros &c

Alexandre Bernardo Rita Jr.
Antonio José Ferreira Junior
Miguel Lourenço dos Santos
Pedro Francisco de Oliveira

Artigo unico [illegible]
[illegible] Senhores que
[illegible] Villa [illegible]
durante a estação inverneza, queremos a suppressão
do Art. unico que prohibia.

Paços da Camara Municipal da Villa do Acaraú
em Sessão ordinaria de 30 de Julho de 1855

Joaõ Antonio de Araujo Barros V.P.

Alexandre Bernardo Ribeiro
Antonio Joze Ferreira Junior
Miguel Loureiro dos Santos
Pedro Francisco de Oliveira

Illm.º Ex.mo Snr.º

Esta Camara [illegible] officio de 1.º Ex.ca
de 14. do mez proximo passado [illegible] contra a in-
vasão da Cholera-morbus que [illegible] gra-
[illegible] Camara o officio
que [illegible] Ex.ca [illegible] a Lista
[illegible] das providencias
[illegible] que cumpria fossem tomadas
[illegible]

Esta Camara tendo [illegible]
ciozamente, tanto officio de 1.º Ex.ca como o que
veio empoço no Periodico Pedro 2.º sobre o parecer
dos referidos Medicos, todavia hura de seo rigoroso
dever, tanto cumprir as ordens de 1.º Ex.ca como seo
vigilancia [illegible] que [illegible]

Raimundo Henriques d'Av.

Alexandre Bernardino Pinheiro Junior

Miguel Lourenço dos Santos

Illm.o Exm.os Snr.s

Esta Camara recebeo o officio de V. Ex.a
de 11.o do corrente em que V. Ex.a
e dos mais Membros da Junta Governativa desta
Camara tenha conhecido exactamente tudo quanto
V. Ex.a lhe communicou no officio de 20 de Julho
p.o passado, e que tem em vista o de 28 do
mesmo sobre as medidas preventivas
vas contra a invasão que ultimamente soffreo no
Pará. Todavia esta Camara novamente ordena
da ao seu fiel annuncia vigorosa observancia
acerca das mesmas instrucções, como bem o que
dés respeito á limpeza das Ruas desta Villa e das
suas circumvisinhanças, promptificando-se a
ordenar o V. Ex.a

Deos

Miguel Lourenço dos Santos

Illm.º Exm.º Snr.

Acompanhamos a Imperial Portaria de 8 do corrente mez, pela qual Sua Magestade o Imperador se dignou nomear a V. Ex.ª Presidente desta Provincia, e a Portaria de 13 de Outubro proximo passado, pela qual V. Ex.ª foi exonerado do emprego de Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Fazenda, e interinamente encarregado dos Negocios da Guerra, e Estrangeiros.

Esta Camara ao ver satisfeita hum dos seus mais ardentes desejos, que he o de felicitar a V. Ex.ª pela nomeação, que acaba de receber, não pode deixar de dirigir-se a V. Ex.ª para lhe dar os parabens pela honra, que lhe acaba de ser conferida, e para lhe significar a sua satisfação pela escolha, que Sua Magestade o Imperador acaba de fazer de V. Ex.ª para Presidente desta Provincia, na certeza de que V. Ex.ª ha de corresponder a tão alta confiança, que Sua Magestade o Imperador acaba de depositar em V. Ex.ª

Deos Guarde a V. Ex.ª Paço da Camara Municipal da Villa do Crato em Sessão Extraordinaria de 12 de Dezembro de 1839.

Illm.º Exm.º Snr. Dr. Francisco Xavier Paes Barreto, Presidente da Provincia do Ceará.

Antonio Ferreira Pinto Vice Presidente

Janeiro de 1855.

Vicente Pires da Motta, Presidente da Provincia do Ceará, approve provisoriamente a proposta da Camara Municipal da V. Vicosa, a Postura seguinte.

Art. 1º As Ladeiras denominadas Tubarão, e Aragussú que vão para esta V., e assim como as duas que vão para as Povoações de S. Pedro, e S. Benedicto serão concertadas annualmente pelos habitantes, lavradores, e negociantes, concorrendo os pobres com seus pessoas, e os que não forem com dous ou mais trabalhadores, em proporção de seus pannos, fornecendo a Camara pelo seu Cofre o que possivel for para a sustentação dos trabalhadores pobres; o que assim se negar depois de convidado pelo respectivo Fiscal soffrerá a multa de 4$000 réis ou seis dias de prisão.

Art. 2. O Procurador da Camara, terá dous Agentes, um no Districto de S. Pedro, outro no de S. Benedicto, a q.m proceberão a porcentagem q. por esta Camara lhe for mandada dar, e cumprirão os mm. darem contas em todas as Sessões ordinarias do q. tem arrecadado em seus Districtos.

Art. 3. Todos os Cancanhos de corda e outros artefactos semelhantes não pode-

[illegible] sem licença da Camara, e na fórma [illegible] Lei, podendo não [illegible] a concedel-a o Fiscal respectivo, porquanto pretendente a quantia de cinco mil réis para o Cofre do Municipio.

Mando por tanto a todas as Autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Postura pertencer, que a cumprão, e fação cumprir tão inteiramente como nella se contem. O Secretario do Governo da Provincia a faça publicar e correr. Palacio do Governo do Ceará 29 de Janeiro de 1855 trigesimo terceiro da Independencia e do Imperio. Vicente Pires da Motta. Neto Secretario do Governo do Ceará foi mandada publicar e correr provisoriamente a presente Postura da Secretaria do Governo do Ceará em 29 de Janeiro de 1855. José Francisco Cardoso, Secretario do Governo.

Conforme
José Francisco Cardoso
Secretario do Gov.o

Illm.º Exm.º Snr.

Esta Camara tendo recebido o officio de V. Ex.ª sobre V.ª Decreto de 29 de Janeiro do corrente anno em que nos nomeou esta Camara hé ás[sig]nada provisoriamente o art.º de Sua tarifa desta Camara [illegible] dos Art.os 1.º e 5.º [illegible] Esta Camara devolve a V. Ex.ª annunciados Art.os pedindo a Camara dita a V. Ex.ª

Deos Guarde a V. Ex.ª Paço da Camara Municipal da Villa do Ceara aos vinte Seis de Fevereiro de 1855

Illm.º Exm.º Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta Presidente da Provincia do Ceara

José do Couto Cadelha
Vice Presidente

do Acaraú [illegible] Inspectoria em
29 de Janeiro de 1855.

O Dr. Vicente Pires da Motta, Presidente da Camara do Acaraú, approvou provisoriamente a postura da Camara Municipal do Acaraú a postura seguinte =

Art.º 1.º Os encarregados dos Armazens de Exportação nesta Villa não poderão proceder a sonda nos Canaes que lhe forem entregues, sem que primeiramente [illegible] [illegible] [illegible]

de matar gado n[illegible] Consumo publico, não poderá fazer
sem que primeiramente apresente ao Fis-
cal o bilhete de haver pago o quinto
ho centos reis do imposto Commum
sio, sendo obrigado o mesmo Fiscal
á assistir matar a boi com assis,
e examinar se nella ha mais alguem
de vender ao publico. E Contraven-
tores pagarão a Multa por cada hes-
e Conselho [illegible]
do Conselho [illegible]
tal [illegible]

[illegible]
nas [illegible]
[illegible] de preso [illegible]
na que [illegible]
hum de gado, e no [illegible]
da Costa do Littoral. Lugar a Meia pata
Meira. E contraventor pagará a Mul-
ta de dois mil reis por cada Cabeça
os Vereadores do Conselho.

Mando por tanto a todas as
Authoridades a quem a Lei o Regu-
lamento da Repartida pertencer pertença
que a cumprão, e fação cumprir
tão inteiramente como nella se contem

[illegible] de Cuiabá em 8 de Janeiro 1855, 33º
[illegible] Trino da Independencia
e do Imperio.

Vicente Pires da Motta

Illmo Exmo Snr

A' Assembléa 8
6 de Jlo – 55

Esta Camara tem a honra de passar ás mãos
da Ex.ma o artigo da Lei [illegible] que annulla
a 8 de Outubro de [illegible]
a Nobreza [illegible] Provincias por elle
[illegible]
[illegible]
[illegible]

Illm.º Exm.º Snr.

R 27 Jan.º 55

Sendo dada a Libertação [illegible] Escravos [illegible]
[illegible] Habitantes [illegible]
[illegible] Camara [illegible]
[illegible] Povoação [illegible]
[illegible] Povo [illegible]
[illegible] Bonellos [illegible]
[illegible] Habitantes [illegible]
[illegible] Situada [illegible]
[illegible] Lagoa [illegible]
[illegible] Mercados [illegible]
[illegible] Sujeitos [illegible]
[illegible] Observancia [illegible]
[illegible] Provincial, [illegible]
[illegible] Agoa [illegible]
[illegible] Agoada [illegible]
[illegible] Agoada [illegible]

Deos Guarde a V.ª Ex.ª Paço da Camara Municipal da Villa do Acaracú aos Treze dias do mez de Janeiro de 1855.

Illm.º Exm.º Snr. Conselheiro Vicente Pires da Motta Presidente da Provincia do Ceará

O Juiz da Caza Gerado Termo
[illegible]

Alexandre Bo
Antonio Carlos de Vasconcellos
Eduardo Ho
Miguel Lourenço

Illm.o Exm.o Snr.

A Camara Municipal da Villa do Acarahú [illegible]
a respeito do Officio [illegible]
Juiz de Direito [illegible]
do seu gosto [illegible]
disposições [illegible]
do corrente anno, do que a Camara fica sciente.

Deos Guarde a V.Ex.ca Sala da Camara
Municipal da Villa do Acarahú em Sessão de
Vereança de 18 de Janeiro de 1855.

Illm.o Exm.o Snr. Conselheiro Vicente Pires da Rocha Presidente da Pro-
vincia do Ceará.

Jose do Couto Gondim
Vice Presidente

Mui Exmo Snr.

Art. 17 22 Fev

arrematados no corrente

Responda q' os impostos q' devem ser arrematados dos
termos do art. 17 da Lei P. nº 413 de 30 de Dez. de 1852, cuja arrematação
dogues q' julgue convenientes na arrematação, subme-
temos a approvação de V. Exª
Marcos de Sá

Esta Camara achando-se [illegible] em
arrematação em Asta publica varios impostos Mu-
nicipaes de seo Municipio, designados e arrecadados
pelo Inspetor Fiscal, tendo em vista a Lei Provin-
cial sob nº 567 de 13 de Outubro de 1851, pois
em execução do citado Artigo 17 da Lei Geral sob
pregão dito imposto o que vai são os seguintes: Ta-
bernas, Officios, agoas ardentes, imposto sobre
carro, dito sobre gados de consumo, e esta Camara
espera de V. Exª. aderindo a approvação. Deos Guarde
a V. Exª. Paço da Camara Municipal da Villa
dos Acaracú em Sessão ordinaria de 22 de
Dezembro de 1852

Mui Exmo Snr. Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego
Presidente da Provincia do Ceara

José Victor Nunes P.

José da Costa Galvão

Simplício d'Araújo Costa

Antonio José Ferreira Junior

Joaquim Domingues da Silva Terceiro

Copia Da Assembléa — Ao Illmo Exmo e Exmo Senhor

23 Agto 52

L. 3. Julh

Vai p.a a Ass.

Sem lettra

Para q. esta Camara Municipal possa fazer face ás suas despezas, e prover o Municipio daquillo q. é reclamado pela necessidade publica d'elle, cumpre-lhe propor a creação de impostos, com cujos rendimentos fique ella habilitada a preencher os deveres que a Lei lhe incumbe, no sentido do bem geral de seus municipes; e por isso busca a intervenção de V.Ex.ca afim de que a Assembléa Legislativa Provincial, em sua proxima Sessão, decrete as mesmas imposições, attentos os motivos por que são reclamadas.

Esta Camara pois offerece á consideração de V.Ex.ca a nota inclusa, assignada pelo seu Secretario, onde vão especificados os objectos para taes imposições, cuja acquisição esta Camara julga facil, animada do exemplo de haverem já sido decretadas em favor d'outras Camaras, para quem militão outras razões.

Deos Guarde a V.Ex.ca Paço da Camara Municipal de Acaracú 18 de Julho de 1852

Illmo Amo Snr Joaquim Marques de Mir.
Mego Juizdaut. desta Provincia.

Simplicio de Araujo Costa
José de Castro Gomes
Francisco José de Castro
Thesoureiro Francisco de Athaide
Joaquim Dom.os dos Santos

Nota dos objectos sobre que se deverão lançar impostos para as rendas especiais da Camara Municipal da Villa de Acaraú

10$000	Sobre Redes d'Arrastos ou trasmalho
2$000	Sobre Lojas ou Tabernas
6$000	Sobre Armazens de depozitos de generos estabelecidos nesta Villa
6$000	Sobre Mascate Volante
6$000	Sobre Salinas de Sal d'mil alq.res p.a cima
4$000	Sobre cada Lanpa, não comprendidas as q.e pertencem ás Embarcações que navegão d'barra fóra
2$000	Sobre cada córte de Toros de mangue p.a consumo das Embarcações de barra afóra, ou em queimas de Cal
1$500	Sobre cada Canôa que carregar tanto como hũ Carro cheio
1$500	Sobre cada Canôa menor
1$000	Sobre cada Engenho d'moer Cana
$500	Sobre cada escaroçador d'espremer Cana
$800	Sobre cada Cabeça d'gado Vacum ou Cavalar q.e for exportado p.a fóra do Municipio
$100	Sobre Cabeça d'Carneiro, ou Cabra q.e for exportada p.a fóra do dito
$100	Sobre cada arroba d'Camarupim q.e sahir p.a fóra do Municipio
$400	Sobre cada milheiro d'peixe meúdo
$800	Sobre Carros, que entrarem neste Porto com generos destinados p.a fóra do Municipio, ou della sahirem carregados
$200	Sobre cada marinha de Sal,
$ 20	Sobre cada Couro salgado q.e sahir p.a fóra do Municipio
$015	Sobre cada Couro meúdo
$010	Sobre cada muia d'Sola pertencente ao Municipio
$050	Sobre cada alq.re de Sal q.e sahir p.a fóra do Municipio
$050	Sobre cada palmo de Taboa q.e for alinhada p.a fóra

E outro sim esta Villa Villa de Acaraú 18 de Julho de 1857

Bartholomeu d'Araujo Corte
Secretario da Ca.a Municipal

3 — 76 — 52

Illmo e Exmo Snr.

Assim a recepção me respondida
q. serve q. se faça mensão nos termos q.
acompanhão o officio

Esta Camara julga de seo dever em cumprimento da Portaria de [illegible] cipio, criar 6 artigos [illegible] levar a respeitavel presença de V. Ex.a assignados de [illegible] para por entre meio de V. Ex.a levar ao conhecimento d.a Assembléa Provincial para ter a devida approvação.

Deos Guarde a V. Ex.a Paço da Camara Municipal da Villa do Acaracú em Sessão extraordinaria de 17 de Agosto de 1852

Illmo e Exmo Snr. Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego. Presidente desta Provincia

Simplicio de Araujo Costa

Theotonio Freire de Andrada

José Bonifacio Gadelha

Joaquim Domingues da Silva Pereira

Raimundo Ferreira de Araújo

Mui Exmo Snr.

P. b Ant.

Nesta data foi communicada esta Camara a
Exª, o procedo obedecido, e dispuzo do an
no findo de 1857, como tambem o balanc
e, obedecido, e dispuzo que cada dos vereado
res correntes annos, assignado pelo Deputa
do Secretario, o Edital nesta Camara acer
tenças de Exª para que as mesmas
sejam presentes Assembléa Legislativa Pro
vincial em suas presentes Sessões, para que
tenha sciencia das ditas cauzas: mas sendo
possivel antecipadamente fazer, pelo con
cegimento dita provincia em seus abalhos
emobiante, a presente Camara obedecendo
dito Edital, e sempre gozou alguns meses,
principalmente pessoas vindas de fora, mo
tivo este que dá lugar, não aver reunião
de Camara por falta de Vereadores, por se
rem estes moradores fora dita Villa, em
geral comparecer no Paço da mesma

já vindicados. Deos Guarde a V. Exc.ª Paço
da Camara Municipal [illegible] de Janeiro de 1852.

Illm.º Exm.º Snr. Dr. Joaquim Thomaz do Amaral
muito digno Presidente da Provincia do Ceará.

Simplicio de Araujo Costa
José de Castro Gadelha
Antonio José Ferreira Junior
Antonio Francisco de Mello
Raimundo Ferreira Gomes de Mattos

Acaraú

Illm.º Exm.º Snr.

Cópia para Snr.ª Inspectora

Tendo presente nesta Camara a Circular de V.Ex.ª do 6 do M.º p.º com data de 9 de Julho proximo passado, declarando na mesma Circular quaes os meios de melhoramento, e obras necessarias, que mais urgem remediar-se neste Municipio, para esse Presidencia levar ao conhecimento da Assembléa Provincial na sua proxima reunião. Cumpre nesta Camara dar em resposta a Circular de V.Ex.ª mencionada a parte da Circular: a approvação de suas posturas, tanto as de V.Ex.ª como as que passarão, como sobre nova, que foi submettida a approvação de V.Ex.ª em data de 17 de Agosto do corr. anno; e em segunda parte pedindo a mesma approvação de varios impostos Camararios já tambem emittidos

a V. Exca em data de 18 de Julho do mesmo
anno, para que esta Camara possa fa-
zer face as suas despezas, e prover a Mu-
nicipio daquillo que é reclamado pela
necessidade publica, é ella competente pa-
ra a criação de taes impostos, com cujos
rendimento fique esta Camara habi-
litada a preencher os fins que a Lei
Municipal tem em vista, de bem geral de
seus Municipes, e por isso busca a sin-
cronização da V. Exca afim de que a Assem-
blea Provincial Legislativa em sua
proxima Reunião decrete
estes impostos, attentas as razões por
que são reclamados, que por Lei desta
mesma Assembléa de 13 de Dezembro
do anno findo, foi suppressos varios im-

Imposto desta Municipio, que esta Ca-
mara não pode fazer face no corrente anno
no caso contrario do sobrestamento da dita pe-
ça. Deos Guarde a V.Sa. Paço da Ca-
mara Municipal da Villa do Ceara
aos dez dias da Sessão extraordinaria de Dez
de Setembro de 1852.

Illm.o Exm.o Snr. Dr. Joaquim Marcos d'Almeida Rego
Presidente da Provincia do Ceara

Simplicio d'Araujo Costa = V.P.
Antonio Joze Ferreira Junior
Antonio Fran.co de Mes.
Raimundo Thomé Gomes de Ar.
Jose de Costa Godinho

Illm.º Exm.º Snr.

Tendo em vista esta Camara acerca do
Vx.ª enviada em 5 de Agosto do corrente anno,
relativo as eleições de Camaras Municipaes
e Juizes de Paz, nos diversos destritos deste Mu-
nicipio, por ser este dia designado pela Lei
para semelhante procedar, do que esta Ca-
mara fica sciente, e expedio as compe-
tentes ordens a respeito, como Vx.ª na
mesma ordenara. Deos G.de a V.Ex.ª
Paço da Camara Municipal em Sessão
extraordinaria de 8 de Setembro de 1852.

Illm.º Exm.º Snr.º Dr.º Joaquim Marcos de Almeida
Rego. Presidente da Provincia do Ceara.

Simplicio d'Araujo Costa
José da Costa Galdino
Antonio José Ferreira Junior

Theotonio Franco de Mun.
Raimundo Henriquez de Rb

Illmo e Exmo Snr.

Remetto ai copias das actas

A Mesa Parochial da Barra do Ceara tem a satisfação de participar a V. Exa. q hoje teve lugar nella a Eleição ap. de procedeo muita Matriz q. a Camara do Municipio, e Juizes de Paz dos diversos distritos da Parochia tendo observado fielmente as disposições das Leis Regulamentares das Eleições de 19 de Agosto de 1846, na parte relativa, e não havendo durante a Eleição a menor occurrencia q. perturbasse a tranquilidade publica.

Deos Guarde a V. Exa. Mesa Parochial da Barra do Ceará 1º de Dezembro de 1852

Illmo e Exmo Snr. Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego. Presidente da Provincia do Ceará.

Antonio Joze Ferreira Junior
Juiz de Paz Presid.
Alvaro Jose da Silveira
Elisbor Marcio

Antonio Pereira Pinto
Eleitor Mesario
Simplicio de A. Costa
Eleitor Suplente Mesario
Manoel de Araujo Costa
Eleitor Suplente

Illm.º Exm.º Senhor

3 Fev.º 853

Acuza a recepção

Esta Camara, cumprindo o disposto no Artigo 16 § 5.º da Ley Regulamentar das Eleições de 19 de Agosto de 1846, tem a honra de remetter a V. Ex.ª os resultados das Eleições de Vereadores e Juizes de Paz dos Destritos desta Parochia, que tiveram lugar no dia 29 de Dezembro passado, e nesse procedidas em cumprimento do Officio de V. Ex.ª em data de 29 de Outubro do corr.º anno, pela irregularidade daquelle seguinte a 7 de Setembro do mesmo corr.º anno, por cuja circunstancia forão annulladas estas procedidas com toda a espaçoes e tranquilidade, e dellas resultados leva esta Camara a presença de V. Ex.ª as copias authenticas da mesma Eleição, para vista dellas decidir como julgar de direito e justiça. Deos G.e a V. Ex.ª Paço da Camara Municipal em Sobral aos trinta e hum de Dezembro de 1852.

Illm.º Exm.º Snr. D.º Joaquim Marcos de Almeida Rego
Presidente da Provincia do Ceará

José Nunes e Silveira – P.e

Joaq.m Domingues da Silva Teixeira

José da Costa Pinheiro

Simplicio d'Araujo Costa

Antonio Joze Ferreira Junior

Illmo e Exmo Senhor

R - 30 Julho

Leitura a Assembléa.

Deferem a recepção respondendo
q será servido ou conhecer em
Assembléa

Notado nos relatorios

Não podemos ser desconhecidas as [illegible] vantagens
[illegible] dos diversos Municipios desta Provincia, [illegible]
Camara não hesita em levar á presença de
V. Exc.ª para fazer [illegible] Provincial,
a proposta que tem [illegible] de lançar as bases de
uma [illegible] e Cadeia, de mui
[illegible] publico, onde terminão todos os que
[illegible] manifestação para o mais
seguro á fiscalização, [illegible] nem offerece hoje
[illegible] mais atacado publico
[illegible] com a venda de objectos que, pela
[illegible] e mal [illegible], não devem ser
expostos [illegible].

Não de menos utilidade julga esta Camara
[illegible] que com [illegible] no porto contiguo ao
Armazem desta Villa [illegible] mais facilidades em
[illegible] de igual [illegible] dos particulares,
no acto de embarque e desembarque dos generos,
bem como [illegible] concedido para a abertura
de uma valla de [illegible] braças d'extensão de
terreno na margem do rio Acaraú para

lugar dois pontos, [illegible] navegando a agua
nas enchentes da Maré [illegible] alcançava
facil paragem as Lanchas [illegible] e Cargas
e mais Canoas da Barra, seguio [illegible]
voltar, ao tempo [illegible] que [illegible]
me com o apparecimento [illegible]
um Trabalho tão [illegible]
legua de lugar aque [illegible]
tura tivessem de entrar [illegible]
logo a Villa de Baixo de vista

Pelo exposto da Camara [illegible]
protecção de S.Exa. para [illegible]
Provincia authorize a factura de taes obras, cujas
duas ultimas poderão ser [illegible]
cinquenta mil reis.

Deos Guarde a S.Exa. Paço da Camara Municipal da V.a de Acarahú 16 de Julho de 1852

Illmo e Exmo Snr. Dr. Joaquim Marcos de Almeida Rego
Presidente desta Provincia

Simplicio de Araujo Costa
José da Costa Godinho V.P.

Ignacio José de Castro

Theotonio Francisco de Mel.

Joaquim Dom.os da Silveira

Illmo e Exmo Snr

Deos g.e vos providencie pelos meios q.e se-
devem ao meo alcance

S. em 26 de Abril
— de 1852 —

Esta Camara Municipal apressa-se em levar ao conhecimento de
S.Ex.a que esta Villa está sendo sofredora do aspecto que tantos tem-
pos annuncião a existencia do Cholera, ainda não tenha feito
victimas, tal vez por ser um principio pouca acção, com tudo
tem atterrado com alguns [illegible] casas inteiras.

Nos dados pelos Cirurgiões
como peritos medicos, em que existe este Municipio, exige
o bem publico que V.Ex.a lance suas benefficas vistas sobre este pon-
to da Provincia, afim que os seus habitantes tenhão alguma
garantia contra este temivel flagello, que quanto mais é es-
prezado, tanto mais forte e temivel se torna.

— Esta Camara confia, e espera
que V.Ex.a tomará o exposto na devida consideração, dando as pro-
videncias que em sua sabedoria julgar convinientes.

Deos Guarde a V.Ex.a Paço
da Camara Municipal da Villa do Icaraõ em Sessão extraordi-
naria de 5 de Abril de 1852

Illmo e Exmo Snr Dor Joaquim Mauricio de Almeida Vasconcellos Presidente da
Provincia do Ceará

José Victor [illegible]

Rua [illegible]

José de Loureiro Cardoso

Visconde de Sá Couto

Ignácio José de Couto

Antonio José Ferreira Jor

5 — Fev.ro — 52

E' avisto se Lhe não dar lugar

Illmo e Exmo Senhor

A Camara Municipal da Villa da Barra do Acaraú tendo [illegible] o conhecimento de V. Ex.ª a duvida em que labora sobre arrecadação por 400 rs por cada carro que de fora do Municipio entrar neste carregado, ou neste sahir carregado para fora do Municipio, sendo os proprietarios destes carros moradores neste Municipio. O § 2 do artigo 7 do capitulo 2.º da Resolução N 523 de 5 de Setembro de 1850 que regula as rendas Municipaes para a Cidade de Sobral, por onde se rege este Novo Municipio, por ser paga[illegible] e mandada em vigor pelo artigo 6 de 13 de Novembro de 1832 diz: 400 rs por cada pessoa do Municipio que entrar, ou sahir carregada; a vista desta disposição parece fora de duvida, que o carro, ainda que seus proprietarios more dentro deste Municipio, porem que vão carregados fora delle para este, deste para fora do Municipio devem pagar o imposto por 400 rs. A vista do exposto, esta Camara não segue sinão a sua pronuncia, por isso pede a V. Ex.ª esclarecimento sobre a duvida exposta. D.s Guarde a V. Ex.ª Paço da Camara Municipal da Villa da Barra do Acaraú em Sessão Ordinaria de 1.º de Janeiro de 1852

Illmo Exmo Snr Joaquim Marques de Almeida Lago = Presidente da Provincia do Ceara

O Secretario d'Araujo Costa

1.º O.

Jazi a Costa Cadilhe

J. de Sousa Martins dos Santos

Antonio José Ferreira Júnior

Pedro Francisco de Oliveira

15 — d'abril

Illmo Exmo Snr

Por copia a Camara d Sobral p.a saber para
q.to fantes

N. Camara Municipal da Villa da Barra do Acaraú vai Representar a V. Ex.ca que tendo em 14 de Outubro do p.p. requerido a Camara da Cidade de Sobral huma nota circunstanciada dos Lotes foreiros da Serra de Meruoca, outro ora pertencentes aquela Camara, e hoje acetta, pas de nominações dos Lotes, e seus proprietarios, e quanto cada hum paga de foro annual, e enquanto ha vencer o pagamento, afim de a Camara por ella fazer citar aos arrendadores, o que não tem podido fazer, por falta de esclarecimento, e como athe hoje aquela Camara se tem negado a satisfazer a requisição pedida, por isso esta Camara vai pedir a V. Ex.ca haja de determinar aquela Camara para que satisfaça com promptidão a nota requerida. Deos Guarde a V. Ex.ca Barra da Camara Municipal da Villa da Barra do Acaraú em Sessão extraordinaria de 10 de Março de 1852

Illmo Exmo Snr Dor Joaquim Marcos de Almeida Rego - Presidente da Provincia do Ceara

José Victor Menezes
Presidente

Fr. Luis Martins dos Santos Abreu
Simplicio de Araujo Costa
José da Costa Gadelha
Ignacio José dos Santos

5 — Leve — 52

Illmo Exmo Senhor

G' deve ser hum sello

A Camara Municipal da Villa da Barra do Itarahi, vendo-se embaraçada na concessão de licenças para levantamento de currais de pena na certa parte Municipio, quanto ao pagamento do Sello Nacional: Consulta a V. Exª: se Requerendo hum individuo em hum só Requerimento feito a esta Camara para levantar quatro currais de pena pessoa propriedade, deve pagar hum só Sello pelo hum só Requerimento, ou quatro Vezes, em vezes pede o despacho para quatro currais. — Deos Guarde a V. Exª Casa da Camara Municipal em Sessão Ordinaria de 19 de Janeiro de 1852.

Illmo Sr Dor Joaquim Marcos de Almeida Dig. Presidente da Provincia do Ceará

Simplicio de Araujo Pto

V. P.

José da Costa Gouveia

P.e Luis Martins dos Stos

Antonio José Ferreira Junior

Pedro Francisco de Oliveira

Illm.o e Exm.o Snr.

R. 5 Jan.o

Os Vereadores Eleitos a 7 de Dezembro do anno passado, formando a Camara Municipal, actual desta Villa de Acarahú, reunirão-se em Sessão ordinaria de hoje depois de juntar o juramento aos estilos. Consta por tanto de Camilho [illegible] aprovado bem juntamente [illegible] tomar o juramento [illegible] Ex.mo Presidente da Provincia, e sendo [illegible] Ex.mo [illegible] de sua obediencia, e fiel cumprimento de seus Deveres. Outro sim: esta Camara [illegible] com seos empregados ambos mencionados, os conserva debaixo do mesmo juramento. Contando tão bem esta Camara com a justificação de V. Ex.a em Vigencia a favor que desta Camara vem no dito estar dos Municipios. Deos G.e a V. Ex.a Paços da Camara Municipal da Villa de Acarahú em Sessão Ordinaria de 7 de Janeiro de 1853.

Illm.o e Exm.o Snr. D.or Joaquim Marcos de Almeida Rego
Presidente da Provincia do Ceará

José de Araújo Lacta P.

P. João José

Thiago Teixeira Leite

José da Costa Gonçalves

José Antº de Sº Barros

Manuel Lour. dos Sts

José Teixeira de Freitas

Relação dos Empregados nomeados pela Camara Municipal da Barra do Acaracú

Secretario — Ignacio José do Couto
Procurador — Alexandre Bernardino Pitt. Junior
Fiscal — Manoel Joaquim de Medeiros
Porteiro — João José do Couto

Paço da Camara Municipal em Sessão Ordinaria de 8 de Janeiro de 1850.

O Secretario Ignacio José do Couto

Illm.o Exm.o Snr

14 - 11 Fev.

Leve e cumpra-se a lei

A Camara Municipal desta Villa da Barra de Acaracu achando-se alheia, pela [illegible] das suas obrigações [illegible] sobre o Recrutamento, [illegible] de dar suas licenças recorre a V.Ex.a para lhe suggerir-lhe [illegible] ço abrupto pelos abaixo, que offerece. Achão-se complicados na multa em virtude do Artigo 87 das posturas desta Camara nove pessoas a mor parte indigentes, que solicitarão de fazer em consequencia de muitos annados de famílias que sendo pouco felizes em seos procedimentos ficarão impossibilitados de retribuir o completo da licença, e com mais força de razão de pagar a multa. Acaba de ser posto em Senado de hoje de Liberou esta Camara suspender a execução, the receber de V.Ex.a huma consulta, e determinação a respeito. Deos G.e a V.Ex.a Paço da Camara Municipal da Villa de Acaracu em Sessão Ordinaria de 13 de Janeiro de 1853.

Illm.o Exm.o Snr - D.or Joaquim Marcos de Almeida Rego
Presidente da Provincia do Ceara.

José de Araujo Lobo

Illmo Exmo Snr

Reprovada a que a Camara deo para poder arrecadar os impostos consignados no orçamento municipal, sendo as rendas geraes designadas no art.o 2.o do cap 2.o do T.o 1.o, e as especiaes dessa Camara no art.o 17.o § 9.o considerando derogadas as posturas de 3 de Julho em tudo que oppõe a decima lei do orçamento

28 de Julho

Esta Camara tendo diante de si a reclamação que lhe foi apresentada pelo arrematante do imposto de quatro centos reis sobre carros que entrão nesta Villa para serem levados do conhecimento de V. Ex.ca o parecer que deseita nelle as posturas desta Camara, na Lei vigente do orçamento. Da copia que enclusa tem esta Camara a honra de submetter a consideração de V. Ex.ca se se intrepretará V. Ex.ca de aberta opposição aquelas duas Leis, por que nada se oppõem vagante relativa a reclamação do arrematante, como tambem a cerca dos mais impostos que esta Camara tem de arrecadar. Para sobre estas incoherencias vir esta Camara a V. Ex.ca providenciar os precizos esclarecimentos.

Deos G.de a V. Ex.ca Paço da Camara Municipal da Villa da Acaracú em Sessão Ordinaria de 1 de Abril de 1853.

Illmo Exmo Snr Dor Joaquim Marcos de Almeida Rego Presidente da Provincia do Ceará.

João de Araujo Costa P.
Pedro José Mendes de Mello
Miguel Lourenço dos Santos
José Antonio Pinheiro de Araujo
José da Costa Gabella

Copia

Art. 68. final das posturas desta Camara.

S [illegible] 6 Hoo réis [illegible]

S 10. 10 réis por cada [illegible], [illegible], e mais réis por cousa salgada, e 5 réis por cousa miuda sem escamação.

S 12. 600 réis por cada cabeça de gado, e cavallos que se [illegible] e 50 réis por cada cabeça de cabra ou ovelha, e 200 réis por cada cavallo.

S 14. 600 réis por cada tenda de [illegible] ou ambulante dentro da cidade [illegible]

S 15. 2 Hoo réis por cada corte de manjar para banquete, ou serventia dos clavios

S 16. [illegible] por cada taverna, que andar aberta, e 1 Hoo réis por cousa

Art. 17 da Lei do Orçamento

S 5. 600 réis por cada carro, que entrar carregado na Villa vindo de fora do Municipio.

S 8. 6 Hoo réis por cada salina de sal de mil alqueire de sal para cima

§ 13. 2$000 réis por cada licença de loja

§ 14. 3$000 réis por cada uma matrícula de caixeiro

§ 15. 6$000 réis por cada uma carta que mandar matricular

§ 16. 3$000 réis por cada tenda de alugueis

§ 17. 1$000 réis por cada canto de mangue para cada vinte de embarcação

§ 18. 2$000 réis por cada milheiro de peixe miúdo.

Conforme o Contrato

Ignacio José d'Abreu

Art.do — e que exposi — Mm.o Com.o Sup.te
em tempo competente
ao Exm.o Sr. Presidente, a fim de [illegible]

Juiz de P.z o Relatorio

30 Junho

Sendo a local desta Villa inteiramente seco não tendo poço que possa fornecer ao Publico agoada, por isso [illegible] de gello do Rio Bu[illegible] Publico tem a vista dactos [illegible] de [illegible] essa necessidade para que Exclama da Assembléa Provinciaes medidas para o dito fim. Esta Villa de hum passo de agoada Publica, com que muito melhorara-se os estados desta Villa.

Deos Juarda a V.a Ex.ca Paço da Camara Municipal da Villa de Acaracú em Sessão ordinaria de 7 de Abril de 853

Mm.o Exm.o Sm.r D.r Joaquim Vilella de Castro Tavares Presidente da Provincia do Ceará.

João de Araujo Costa
Presidente

Para ser em a presente
tarde a Assembléa

Illm.o Exm.o Snr.
em 3 de Julho 53

M.t do

Do Junho

A Camara Municipal [illegible] do Acaracú a
chando-se com [illegible] para deliberar
sobre [illegible] tos de seos Municipes, tem a honra de levar pe
rante V.Ex.ca o Artigos dispositivos nos seguintes
decretados em Sessão extraordinaria de sete de
Abril p.p. passados os signados pelo seo Secretario,
para por entumecio de V.Ex.ca serem presen
tes a Assembléa Provincial Legislativa, esperan
dos esta Camara da mesma adquirido a
preservação como assima tem esperados. Deos
G.de a V.Ex.ca Paço da Camara Municipal da
Villa do Acaracú em Sessão extraordinaria de
6 de Junho de 1853

Illm.o Exm.o Snr. - D.or Joaquim Vilella de Castro Tavares Pre
zidente da Provincia do Ceará.

João de Araujo Costa
Presidente

Mui Bem Sus

Regressam a
Assembléa Prov.al

Lei 27 de 46

3 — 785

Illmo. e Exmo. Snr.

A Inspectoria geral da Thesouraria communica ao Presidente da Camara desta Cidade, que tendo sido presente a S. Exa. o Presidente da Provincia a Conta que lhe foi dada pela Camara desta Cidade, das despezas feitas com a Estrada que vai desta Cidade para a Freguezia de Nossa Senhora da Penha de Itapemirim, e tendo S. Exa. mandado que a mesma Conta fosse examinada pela Contadoria, e que sobre ella fosse ouvido o Procurador Fiscal, este Empregado, depois de ter examinado a referida Conta, e os documentos que a acompanhavão, declarou que a Camara não tinha feito despeza alguma com a Estrada, e que a Conta dizia respeito a despezas feitas com a Estrada, que a Camara Municipal de Itapemirim tinha mandado fazer, e que por isso não podia ser paga pela Camara desta Cidade, mas sim pela Camara de Itapemirim, ou pelos Cofres Provinciaes, visto que a Estrada era Provincial, e não Municipal. Em vista do que S. Exa. o Presidente da Provincia mandou que a Camara desta Cidade fosse intimada para pagar a Conta, visto que a Camara de Itapemirim não tinha Rendas, e que os Cofres Provinciaes não podião pagar despezas feitas com Estradas Municipaes. Em consequencia do que a Camara desta Cidade foi intimada para pagar a Conta, e a Camara de Itapemirim para reembolsar a desta Cidade da quantia que tivesse de pagar. Em consequencia do que a Camara desta Cidade pagou a Conta, e a Camara de Itapemirim reembolsou a desta Cidade da quantia que tinha pago. Em consequencia do que a Camara desta Cidade pagou a Conta, e a Camara de Itapemirim reembolsou a desta Cidade da quantia que tinha pago. Em consequencia do que a Camara desta Cidade pagou a Conta, e a Camara de Itapemirim reembolsou a desta Cidade da quantia que tinha pago.

passado pelo Corpo incumbido da arrecada-
ção do Dito muita Villa, Gor onde peremptori-
amente demonstra q.ª do 1º de Janeiro do corr.
anno em diante é escusada de q.ª data a vida Mord
desta Camara, em ella cumprido em execução
esta disposição do Regulamento citado: isto
basta para convencer a S.ª Ex.ª da innocencia desta
Camara acerca do facto de q.ª foi accusada
devendo advertir tão e desde logo sobre o annuncio
quando Sua Ex.ª teve em fim illudir a primeira Auto-
ridade da Provincia, enfurecendo a esta
Camara faltas q.ª ella não praticou.

Feita esta defeza a q.ª a Camara actual acerca
vem julga ter todo o direito, entende ella
ser de seu rigoroso dever explicar a S.ª Ex.ª as
duvidas q.ª dirão incommodo á esta queixa q.ª
se a alguem affecta é a Camara transacta
a qual diminuou suas funcções no dia 1º de
Janeiro do corr.ª Anno como S.ª Ex.ª sabe.

Em data do Anno [illegible] passado Juncciona a quella
Camara, quando entre os Funccionarios, q encarrega-
do da cobrança do Sello nella Delta Ludcolou-
a duvida acerca da Tapa do dito de licença
de carros de peça, intendendo este dever a
2$, e aquelles a de 1$ fundados os 1os na di-
posição d'hum dos membros do art. 2 do Regula-
de Julho de 1851, quando estabelece a Tapa de 1$
por licença para o exercicio de qualquer ind-
stria no Paiz, dando Nacional e licenciada, e ain-
da mais bigorada pela demonstração de dim-
pita no Edm 2 de 15 de Março de 1851, e dis-
do Presidente do Thesouro Publico Nacional
Aviso de 27 de Julho do referido Anno, e na Ord-
dem do Inspector da Thesouraria Geral de
Fazenda do Ceará, de 20 d'Abril de 1852, q. d
Sentencia q a Tapa deve ser cobrada na rata de
1$, na forma dos membros do art. 2 do citado
Regulamento, q trata de licenças concedidas pe

pelas Camaras para qualquer actos de
sua competencia, ficando demais declarado
na dita ordem, q as licenças de duração consi
derar tantas, quantos forem os curraes q
se pretendem tirar tantas, embora pertençam
hum a hum só individuo, á quem a Camara
tenha concedido huma só licença, contra o q
decidira o antecessor de V Exa em officio á guella
Camara, de 5 de Setembro do mencionado an
no mandando q se pagasse hum só dello de
cada licença embora fosse ella p.a mais
de hum curral, com tanto q fosse p.a o mesmo
individuo, e p.a no mesmo sitio.
Forte encarregado da arrecadação dodito
pelas citadas ordens do amoxarife, e pelas
disposições contidas nesta deliberação da Ca
mara de Sabanda negava-se ao dito
a qualquer licença de curral por menos
da taxa de 2$ sendo quando jamais accedeu

accidar á cobrança d'este dito debito, grande alte
ção haverse dito dada grande parte d'um canal. e
neste estado q. poderia fazer a Cam.ª q. veria dim
nuidas em grande escala os seus rendimentos, p.
q. os Cumulativos de achavão mais dispostos á não
levantarem Cumulos, do q. á pagarem este imposto
especifico, e não mandado por Lei? q. poderia
fazer a Cam.ª q. em dia favorecida seja de-
monstração do direito, q. nele se vê q. as fabricas
q. mais de cumulos são uma industria, q. muito alem
disso fazem um grande ramo de commercio, q.
a decisão do Thesouro Publico Nacional, e do Audi
toria Geral da Repartição a ordem immediata da Thesou
raria de Fazenda do Ceará, expedida posteriori
mente á esta decisão do Thesouro Nacional?
Deve poderia fazer o q. fez, mandando q. o Pro
procurador passasse os recibos do imposto de lic.
de cada canal, e q. fazendo os competentes as
sentamentos q. ser cobrado o dito debito, quan

quando o encarregado, ou o amanuense entregue
no conhecimento de q.ᵗᵃˢ exigencias estavão fo-
ra da Lei, e trat.ᵃˢ de amoedar o q.ᵉ Juiz
de Jurisdicção

Eis pois, Ex.ᵐᵒ Snr, a exposição da verdade do ex-
passado, q.ᵘᵉ esta Cam.ª agradece a honra de
fazer chegar á presença de V. Ex.ª esperando
delle q.ᵉ V. Ex.ª q.ᵉ tão illustrado é reconhecida
justiça lhe prestará toda attenção, visto ter
demonstrado q.ᵉ nem esta Cam.ª commettêo a omis-
são de q.ᵉ foi accusada, nem os Ver.ᵉˢ deliberá
de proposito de praticallo, ao contrario de uma
mistura q.ᵉ cumprio fielmente ordens dispersas
e findo tem vistas os interesses reaes dos dous
Municipios.

Deos Guarde a V. Ex.ª

Sala da Cam.ª Municipal da Bahia em Lisboa 20
Dezembro de 1853.

M.ᵘᵉˢ Em.ᵉ
M. e Ex.ᵐᵒ

O Vereadores da Camara Municipal desta Villa ao
carneiro, por mandado da mesma, requer a V.S.ª que lhe pas
por certidão, se de 7 de Janeiro do corrente anno até o dia
pos em que tem funccionado esta nova Camara, tem sido
por ella concedidas licenças para levantamento de
curraes de pesca dos sem competente Sello, pelo modo
pregunctorio se obra nesta Administração

P. a ser lhe deferido

R. M.

Cidadão Francisco Xavier Teixeira encarregado da Ad
recadação do Sello pelo Arrematante do Rendimento Geral
do Municipio de Sobral e Vereação nesta Villa &

Certifico não me constar ter a Camara Municipal desta
Villa, desde Janeiro em que tomou conta de sua Admi
nistração, concedido licença alguma para levantar
de Curraes de pesca na Costa deste Municipio, sem p
mento e haver-se de pago alguem do Sello na Tarifa
dois mil reis; conforme a decisão da Thesouraria
de Fazenda do Ceará de 20 de Abril de 1852, que
por copia me foi remettida pelo Arrematante d
respectivo Sello. E isto verdade, e por me ser pe
querida passo a presente. — Villa da Vereação
4 de Agosto de 1853 —

Fco. Xavier Teixeira

Illmo e Exmo Snr. Dr. Joaquim Vilella de Castro Tavares
Presidente da Provincia do Ceara.

José da Costa Gadelha 2º S.
José Antonio de Araujo Barros
Pedro Francisco de Oliveira
Simplicio de Araujo Costa
Miguel Lourenço dos Santos

Illmo Snr Dr Pal

Illmo e Exmo Snr

Esta Camara [illegible] a V. Exca o balanço [illegible] despeza do anno proximo findo, e mais [illegible] receita e despeza [illegible] 1854 para ser submettido a consideração da Assembléa Provincial os quais vão assignados pelo Secretario desta Camara

Deos Guarde a V. Exca

Passa da Camara Municipal da Villa do Aracaty em Sessão extraordinaria de 15 de Fev. de 1855.

Illmo e Exmo Snr Dr Joaquim Vitto da Costa Tavares Vice-Presidente e Commandante das Armas da Provincia do Ceara

Ilm.º e Exm.º Snr

Circular

Fazenda

Circular 27 Set.

O Presidente da Camara Municipal da Vila dos Acarahú faz chegar ao conhecimento de V. Ex.ca as ordens em que está o commando superior de Sua Magestade Imperial Este Municipio só admitte as licenças que são concedidas pelas Camaras Municipaes para qualquer industria ambulante por quanto o Artigo 1.º § 2.º da Lei de 31 de Outubro de 1882 manda pagar 20$000 as licenças concedidas pelas Camaras para qualquer industria, com tanto que seja individuos Nacionaes, porisso que, pessoas qualquer individuo tirar licença desta Camara para ter sua loja aberta, ou para levantar seo corral de pesca suas redes fazer embarcações do Mar emfim não deixar o paguar a quantia de 20$000 reis pois por esta forma ele ou estes ficam inhabilitados Artigo 2.º de fazerem por esta forma aos fabricações o Bem da Municipalidade os habitantes do Municipio empregar no todos os seus vinculos seus, o que tudo espera Vossa Excelencia espero cumprimento de justiça.

Deus

Juarda a N. Exma Villa da Acarassú 5 de Setembro de 1853.

Illmo Exmo Snr. D.r Joaquim Vieitto de Carto Tavary. Juiz de Direito da Provincia do Ceará.

José da Costa Gadelha P.

Illm.º e Exm.º Snr.

A Camara Municipal da Villa do Acaraú em cumprimento do Art. 24 da Resolução Numero 567 de 13 de Dezembro de 1854, manda por via de reclamação o imposto Lançamento como consta do Mappa incluso, acompanhado na ei conveniente Relação, dos generos arrematados, dos que ao recadados pelo Inspector Fiscal: do que hoa ao conhecimento de V. Ex.ª para o fim de obter a devida approvação.

Deos Guarde a V. Ex.ª Paço da Camara Municipal do Acaraú em Sessão Ordinaria de 24 de Outubro de 1855.

Illm.º e Exm.º Snr. - Dr. Joaquim Vitalla da Costa Tavares Presidente da Provincia do Ceará.

José do Couto Gode Mor e V.

Antonio Teixeira Couto

Miguel Lourenço dos Santos

Raimundo Henriques [illegible]

José Antonio [illegible]

Relação dos impostos Camaraes que tem de decorrer em
este Municipio.

Os seguintes

Aguardente importada para o consumo do Municipio
Imposto sobre venda de bebidas espirituosas e vinhos.
D.° sobre carros
D.° sobre engenhos de moer cana.
D.° sobre carga de vinhos entrados neste Villa para vender
D.° sobre marinha de sal.
D.° sobre sollo, cavo sobrado, atravessados como miudos.
D.° sobre sal exportado
D.° sobre caminhos importados para fora do Municipio
D.° sobre aferições
D.° sobre o corte de mangue para serventia de estabelecimentos
D.° sobre objetos miudos
D.° sobre gado de consumo.

Paço da Camara Municipal de Pacatuba em 24
de Outubro de 1853.

O Secretario Ignacio José de Castro.

BATH

Illm.o Exm.o Snr.

Rep.a 31 de Outubro de 1853

Recebi em 31 Outubro

Esta Camara leva ao conhecimento de V. Ex.a como naõ sabe em que lugar reside Francisco da Silva em qualidade de Vereador, e Juiz de Paz do Destricto do Arronches a que foi eleito nas eleições que se procederaõ para Camara, e Juizes de Paz, a 28 de Novembro do anno proximo passado, e como lhe entregue seo diploma a 28 de Dezembro do mesmo anno, esperando-se para o dia 7 de Janeiro do corrente para tomar posse, e prestar juramento de estillo dos referidos Cargos de que se acha isento, mandou de comparecimento hir apresentar Serraõ Ordinario, sendo por varias vezes officiado por esta Camara tem apresentado frivolos pretestos. Do que esta Camara leva ao conhecimento de V. Ex.a para dar-lhe o competente destino.

Deos Guarde a V. Ex.a Paços da Camara Municipal do Acaracú em Serraõ Ordinario 25 de Outubro de 1853

Illm.o e Exm.o Snr. Dr. Joaquim Vieira da Costa Tavares Presidente da Provincia do Ceará

Illm.o Exm.o Snr.

A Camara Municipal da Villa do Acarac
tendo em vista os despachos de Vossa Ex.ca em
data de 18 do Janeiro proximo findo, exhibe os
autos de [illegible]. A Camara tendo
pois em vista a noticia do fallecimento de S.
M. Fidelissima a Rainha de Saudosa Le-
mb.ria do Muito Augusto Albuquerque, cumprin-
do obstar-se por um dous, e com o tempo mar-
cado como V. Ex.ca muito sabe os precitados o-
fficios por esse motivo não forão acabados.

Deos Guarde a V. Ex.ca Paço da
Camara Municipal em Acarac 13 de
Janeiro de 1853.

Illm.o Exm.o Snr. Doutor Joaquim Villela de Castro Tavares
Presidente da Provincia do Ceará.

O Secretario Carlos Gadelha